

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As Demonstrações Contábeis da IUPAR foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e suas alterações, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS (em milhares de Reais)

A IUPAR apresentou, ao final do exercício de 2025, lucro líquido de R\$11.373.930, sendo o lucro líquido por ação de R\$10,72, e patrimônio líquido de R\$52.877.735.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$54.972.559 e estão compostos, substancialmente, pelo investimento no Itaú Unibanco Holding S.A. (Nota 7).

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro			
ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	5	158.180	73.962	Fornecedores		41	43
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	6	928.760	1.310.277	Imposto de renda e Contribuição social a recolher		12	-
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		19.627	46.530	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	10.4.2	845.394	1.189.308
Total Circulante		1.106.567	1.430.769	Outros tributos a recolher	8	101.164	77.877
				Total Circulante		946.611	1.267.228
Não Circulante				Não Circulante			
Investimentos	7	53.865.992	55.351.327	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9.2	1.148.212	1.148.212
Total não Circulante		53.865.992	55.351.327	Outros tributos diferidos		1	1
				Total não Circulante		1.148.213	1.148.213
				TOTAL DO PASSIVO		2.094.824	2.415.441
TOTAL DO ATIVO		54.972.559	56.782.096	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	10.1	34.154.000	23.000.000
				Reservas de capital	10.2	6.212.391	5.671.907
				Reservas de lucros	10.2	13.652.633	26.812.682
				Ajustes de avaliação patrimonial	10.3	(1.141.289)	(1.117.934)
				Total do Patrimônio Líquido		52.877.735	54.366.655
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.972.559	56.782.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)							
	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		23.000.000	5.637.910	22.319.360	(2.358.107)	-	48.599.163
Transações com os acionistas							
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	10.2	-	-	(2.743.489)	-	-	(2.743.489)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido da controlada		-	33.997	(132.983)	-	-	(98.986)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.377.940	10.377.940
Outros resultados abrangentes							
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido da controlada		-	-	-	1.240.173	-	1.240.173
Destinação do lucro							
Reserva legal	10.4.1	-	-	518.897	-	(518.897)	-
Juros sobre capital próprio do exercício	10.4.1	-	-	-	-	(3.008.146)	(3.008.146)
Dividendos e Juros sobre capital próprio propostos	10.4.1	-	-	3.983.371	-	(3.983.371)	-
Reservas estatutárias	10.4.1	-	-	2.867.526	-	(2.867.526)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		23.000.000	5.671.907	26.812.682	(1.117.934)	-	54.366.655
Saldo em 31 de dezembro de 2024		23.000.000	5.671.907	26.812.682	(1.117.934)	-	54.366.655
Transações com os acionistas							
Capitalização de Reservas	10.2	11.154.000	-	(11.154.000)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria reflexo da controlada	10.2	-	790.397	(790.397)	-	-	-
Dividendos de exercícios anteriores	10.2	-	-	(3.983.371)	-	-	(3.983.371)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido da controlada		-	(249.913)	(49.958)	-	-	(299.871)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.373.930	11.373.930
Outros resultados abrangentes							
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido da controlada		-	-	-	(23.355)	-	(23.355)
Destinação do lucro							
Reserva legal	10.4.1	-	-	568.697	-	(568.697)	-
Juros sobre capital próprio do exercício	10.4.1	-	-	-	-	(8.556.253)	(8.556.253)
Reservas estatutárias	10.4.1	-	-	2.248.980	-	(2.248.980)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		34.154.000	6.212.391	13.652.633	(1.141.289)	-	52.877.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios Findos em 31 de Dezembro				
(Em milhares de Reais)	Nota	2025	2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para reconciliação do lucro líquido				
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		11.374.056	10.377.967	
Resultado de participações societárias	7	(11.763.634)	(10.672.611)	
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		(3.655)	(1.665)	
		(393.233)	(296.309)	
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		697.899	496.781	
(Aumento) Redução em Outros ativos		11	9	
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(586.250)	(436.289)	
Aumento (Redução) em Fornecedores		(2)	2	
Aumento (Redução) em Outros passivos		(11)	(9)	
		111.647	60.494	
Caixa proveniente das operações		(281.586)	(235.815)	
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		-	(64)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(281.586)	(235.879)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Juros sobre capital próprio e Dividendos recebidos	6	12.639.918	5.546.356	
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		12.639.918	5.546.356	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	10.4	(12.274.114)	(5.345.297)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.274.114)	(5.345.297)	
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de caixa		84.218	(34.820)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.962	108.782	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		158.180	73.962	
		84.218	(34.820)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo - SP.

A IUPAR tem por objeto social exclusivo a titularidade e o exercício do controle acionário da sociedade denominada Itaú Unibanco Holding S.A. ("ITAÚ UNIBANCO HOLDING"), devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, a propriedade de ações representativas de, pelo menos, 51% das ações com direito a voto de sua emissão.

A IUPAR é uma holding cujo controle é compartilhado entre as empresas Itaúsa S.A. e Companhia E. Johnston de Participações (Nota 10.1).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da IUPAR em 23 de fevereiro de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da IUPAR foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e suas alterações, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade da IUPAR em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela IUPAR na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6.1. Normas e interpretações revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025

No exercício de 2025 a IUPAR adotou as revisões relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis:

Norma	Descrição
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto	Contempla ajustes de redação relacionadas a aplicação do método da equivalência patrimonial.
ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Contempla ajustes de redação e atualização de referências às normas posteriores a sua emissão.
CPC 32 (R1) - Tributos sobre o Lucro	O Pilar Dois é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") para garantir que grandes grupos multinacionais, com receitas anuais superiores a 750 milhões de euros, paguem um nível mínimo de tributos em cada jurisdição que atuam. Grupos multinacionais devem coletar informações de suas controladas para aver a necessidade de pagamento de um tributo adicional caso essas entidades possuam uma alíquota tributária efetiva inferior a 15% sobre os lucros.

2.6.2. Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Com exceção da norma CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis, a IUPAR não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 - Instrumentos financeiros	Contempla: (i) esclarecimento sobre a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos; (ii) orientações adicionais para avaliação se um ativo financeiro atende ao critério "de somente pagamento de principal e juros"; (iii) novas divulgações para instrumentos financeiros com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (Ex. instrumentos vinculados à metas ASG); e (iv) atualizações sobre as divulgações de instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	1º janeiro de 2026
Melhorias anuais às normas contábeis IFRS - Volume 11	Alterações de escopo limitado como parte do seu processo de melhorias anuais. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis	Substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtóais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras por similaridade. Alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o "lucro ou prejuízo operacional" como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos. A nova norma será aplicada de forma retrospectiva e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.	1º janeiro de 2027

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

4.1. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras visando assegurar a preservação de liquidez e continuidade dos negócios.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Custo amortizado		VJR		Total	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	20	20	158.160	73.942	158.180	73.962
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6	928.760	1.310.277	-	-	928.760	1.310.277
Total de Ativos financeiros		928.780	1.310.297	158.160	73.942	1.086.940	1.384.239
Passivos financeiros							
Fornecedores		41	43	-	-	41	43
Dividendos e Juros sobre capital próprio	10.4.2	845.394	1.189.308	-	-	845.394	1.189.308
Total de Passivos financeiros		845.435	1.189.351	-	-	845.435	1.189.351

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos financeiros mensurados a valor justo são classificados na hierarquia como nível 2.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrente do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da IUPAR estarem diretamente atrelados às operações da controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a IUPAR está exposta, essencialmente, aos riscos decorrentes das operações da controlada.

Por meio de sua alta administração a IUPAR participa no Conselho de Administração e comitês de assessoramento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que também possui a presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, onde são estimuladas boas práticas de gerenciamento de riscos e *compliance*, incluindo integridade.

4.2.1. Riscos de mercado

Envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das oscilações no mercado.

A IUPAR não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e o regate garantido pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2025 a IUPAR não apresenta risco significativo de oscilação nos saldos em decorrência de variação de taxas de juros (indexadores).

4.2.2. Riscos de crédito

Compreende a possibilidade de ocorrerem perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa e Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil das referidas rubricas.

Na gestão do risco de crédito do: (i) Caixa e Equivalentes de caixa a IUPAR estabeleceu limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (*rating*); e (ii) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber a IUPAR possui recebíveis apenas de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cuja classificação de risco de crédito é considerada baixa pelas principais agências de *rating*.

A Administração entende que as operações acima não expõem a IUPAR a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

Corresponde à possibilidade da IUPAR não honrar seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante sua capacidade de pagamento.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A IUPAR investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Os vencimentos de todos os passivos financeiros, de acordo com os fluxos de caixa não descontados, estão previstos para ocorrer nos próximos 12 meses.

4.3. Gestão de capital

A IUPAR faz a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil

As contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensurados a valor justo.

5.1. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	20	20
Equivalentes de caixa		
Fundos de investimentos	158.160	73.942
Total	158.180	73.962

6. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (“JCP”) A RECEBER

Política Contábil

São reconhecidos na sua deliberação em contrapartida da rubrica “Investimentos”.

6.1. Composição

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING
Saldo em 31/12/2023	1.164.252
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	2.884.916
JCP	2.807.465
Recebimentos	(5.546.356)
Saldo em 31/12/2024	1.310.277
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	3.934.213
Dividendos	5.269.310
JCP	3.054.878
Recebimentos	(12.639.918)
Saldo em 31/12/2025	928.760

7. INVESTIMENTOS

Política Contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a IUPAR está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Está representado pelo investimento em participação acionária no ITAÚ UNIBANCO HOLDING. É reconhecido, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliado subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

É avaliado, no mínimo anualmente, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por desvalorização e, caso identificada uma perda, reconhece a mesma em contrapartida do Resultado, não sendo reconhecidas perdas adicionais em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no Resultado.

7.1. Movimentação

	Controlada	ITAÚ UNIBANCO HOLDING
Saldo em 31/12/2023	49.725.343	
Resultado de participação societária	10.672.611	
Dividendos e JCP	(6.187.814)	
Outros resultados abrangentes	1.240.173	
Outros	(98.986)	
Saldo em 31/12/2024	55.351.327	
Resultado de participação societária	11.763.634	
Dividendos e JCP	(12.925.743)	
Outros resultados abrangentes	(23.355)	
Outros	(299.871)	
Saldo em 31/12/2025	53.865.992	
Valor de mercado em 31/12/2024 (*)	78.794.314	
Valor de mercado em 31/12/2025 (*)	113.967.372	

(*) O valor de mercado representa o valor da ação negociada na bolsa de valores (B3) considerando percentual de participação da IUPAR.

7.2. Reconciliação

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING
31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido da controlada	204.501.059
% de participação	26,3465%
Participação no Investimento	53.878.912
Resultados não realizados	(12.920)
Saldo contábil do Investimento na controladora	53.865.992

7.3. Informações consolidadas resumidas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

	31/12/2025	31/12/2024
Qtde. de ações em circulação	11.026.524.530	9.776.104.515
ON	5.617.742.977	4.958.290.359
PN	5.408.781.553	4.817.814.156
Qtde. de ações de propriedade da IUPAR	2.905.107.629	2.564.084.404
ON	2.905.107.629	2.564.084.404
% de participação	26,35%	26,23%
% de participação no capital votante	51,71%	51,71%
Informações sobre o Balanço Patrimonial (*)	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	114.890	117.286
Ativos financeiros	2.802.765	2.592.142
Ativos não financeiros	148.514	145.047
Passivos financeiros	2.424.121	2.239.979
Passivos não financeiros	426.972	393.212
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	204.501	211.090
Informações sobre a Demonstração do Resultado (*)	2025	2024
Resultado de produtos bancários	167.780	168.050
Tributos sobre o lucro	(4.401)	(5.428)
Lucro líquido atribuível aos controladores	44.857	41.085
Outros resultados abrangentes	(71)	5.603
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa (*)	2025	2024
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.395	(7.661)

(*) Em milhões de Reais.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social

Em 30 de abril e 30 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral da IUPAR aprovou aumentos do Capital social nos valores de R\$7.360.000 e R\$3.794.000, respectivamente, ambos totalmente subscritos e integralizados. Com isso, o Capital social foi elevado de R\$23.000.000 para R\$34.154.000, sem emissão de novas ações, sendo realizados por meio da capitalização de parcelas da Reserva de Equalização de Participações e da Reserva Legal (Nota 10.2).

A composição do Capital social está apresentada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinária	Classe “A”	%	Ordinária	Classe “B”	%
Itaúsa S.A.	355.227.092		100,00	-	-	-
Companhia E. Johnston de Participações	-	-	-	355.227.092	100,00	-
Total	355.227.092	100,00		355.227.092	100,00	

Cada classe de ação ordinária (“A” e “B”) confere a seus titulares o direito de eleger e destituir, em separado, metade dos membros efetivos e seus respectivos suplentes do Conselho de Administração da IUPAR.

10.2. Reservas

	Nota	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas de lucro	Dividendos/ JCP	Total
		5.637.910	3.189.738	19.818.511	3.432.378	2.743.489	22.319.360
Constituição		-	518.897	2.867.526	-	-	3.386.423
Dividendos e JCP (exercício 2023)		-	-	-	-	(2.743.489)	(2.743.489)
Dividendos e JCP (exercício 2024)		-	-	-	-	3.983.371	3.983.371
Equivalência patrimonial reflexa		33.997	-	-	(132.983)	-	(132.983)
Saldo em 31/12/2024		5.671.907	3.708.635	22.686.037	3.565.361	3.983.371	26.812.682
Constituição		-	568.697	2.248.980	-	-	2.817.677
Capitalização de reservas	10.1	-	(3.708.635)	(7.445.365)	-	-	(11.154.000)
Cancelamento de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-
reflexo da controlada		790.397	-	(790.397)	-	-	(790.397)
Dividendos e JCP		-	-	-	-	(3.983.371)	(3.983.371)
Equivalência patrimonial reflexa		(249.913)	-	-	(49.958)	-	(49.958)
Saldo em 31/12/2025		6.212.391	568.697	16.699.255	3.615.319	-	13.652.633

(a) Reservas de capital

Estão representadas, substancialmente, por ágio na subscrição de ações ocorrida em 2008.

(b) Reservas de lucros

- **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.
- **Reserva estatutária:** Possui a finalidade de assegurar a equalização do lucro da IUPAR com os resultados de equivalência patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os recursos serão aplicados na distribuição de dividendos complementares, JCP ou em aumento de capital social. Esta reserva está limitada ao valor total do Capital social.
- **Reservas reflexas:** Corresponde ao efeito reflexo na IUPAR das movimentações das reservas de lucro do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- **Dividendos/JCP adicionais propostos:** Referem-se aos Dividendos e JCP que excedem o dividendo mínimo obrigatório, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

10.3. Ajuste de avaliação patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
Benefício pós emprego	(515.232)	(513.844)
Valor justo de ativos financeiros	(495.162)	(749.343)
Ajuste de conversão	2.069.158	2.854.013
Contratos de seguro	184.025	(62.596)
Hedge accounting	(2.384.078)	(2.646.164)
Total	(1.141.289)	(1.117.934)

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

10.4. Destinação do resultado e Dividendos e JCP

Política Contábil

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 100% do lucro líquido realizado em dinheiro de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. Os dividendos e o JCP são reconhecidos como passivo quando da sua deliberação em contrapartida do patrimônio líquido.

10.4.1. Destinação do resultado

	2025	2024
Lucro líquido	11.373.930	10.377.940
(-) Reserva legal	(568.697)	(518.897)
Base de cálculo para Dividendos e JCP	10.805.233	9.859.043
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	5.269.310	-
JCP	3.286.943	3.008.146
Dividendos e JCP propostos	-	3.983.371
	8.556.253	6.991.517
Reservas de lucros	2.248.980	2.867.526
	10.805.233	9.859.043

% bruto pertencente aos acionistas

O valor por ação dos Dividendos e JCP, do exercício de 2025, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento		Valor por ação		Valor distribuído	
	(realizado ou previsto)		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Pagos						
JCP	07/03/2025	0,04004	0,03403	42.498	36.124	
JCP	06/03/2025	0,03977	0,03380	42.212	35.880	
JCP	01/04/2025	0,04420	0,03757	46.914	39.877	
JCP	02/05/2025	0,04420	0,03757	46.914	39.877	
JCP	02/06/2025	0,04423	0,03760	46.946	39.904	
JCP	01/07/2025	0,04370	0,03715	46.383	39.426	
JCP	29/08/2025	0,80569	0,68484	855.156	726.882	
JCP	01/08/2025	0,04385	0,03727	46.542	39.561	
JCP	01/09/2025	0,04357	0,03703	46.245	39.308	
JCP	29/08/2025	0,87635	0,74490	930.155	790.631	
JCP	01/10/2025	0,04677	0,03975	49.642	42.195	
JCP	03/11/2025	0,04455	0,03787	47.285	40.192	
JCP	01/12/2025	0,04284	0,03641	45.470	38.650	
Dividendos	19/12/2025	4,96451	4,96451	5.269.310	5.269.310	
		7,12427	6,80030	7,561.672	7,217.817	

8. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS ⁽¹⁾	101.164	77.877
Total	101.164	77.877

⁽¹⁾ Refere-se, substancialmente, ao PIS e COFINS sobre o JCP

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são representados pelos tributos abaixo, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica “Imposto de Renda e Contribuição Social”, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente:

(i) Correntes, apurados conforme a legislação tributária vigente; e

(ii) Diferidos, apurados sobre os ativos e os passivos fiscais diferidos, representados por diferenças temporárias e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)* *(Continuação)*

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

15.1. Deliberação e pagamento de JCP

Em 30 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da IUPAR deliberou JCP no valor bruto de R\$0,0468 por ação (líquido de R\$0,03861), imputados ao exercício de 2025, pagos em 02 de fevereiro de 2026, e que correspondeu ao valor total bruto de R\$49.673 (R\$40.981 líquido).

15.2. Aquisição de participação adicional na Avenue Holding Cayman Ltd (“Avenue”) - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Em 30 de janeiro de 2026, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu 17,2% de participação adicional na Avenue e passou a deter o controle com 50,1% de participação no capital social total. A aquisição decorre da segunda etapa do contrato de compra e venda de ações celebrado em julho de 2022. As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram após as aprovações regulatórias necessárias.

15.3. Pagamento de JCP - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Em 04 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING comunicou que o pagamento do JCP deliberado em 27 de novembro de 2025, no valor bruto de R\$0,369750 por ação (líquido de R\$0,3142875), será realizado em 06 de março de 2026.

15.4. Programa de recompra de ações próprias - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Em 04 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou as seguintes deliberações sobre o Programa de recompra de ações de emissão própria: (i) encerrou a partir desta data, por antecipação, o atual programa que venceria em 05 de fevereiro de 2026; e (ii) aprovou o novo programa, que passará a vigorar a partir desta data até 04 de agosto de 2027, autorizando a aquisição de até 200.000.000 de ações preferenciais, sem redução do Capital social. O novo programa de recompra tem como objetivos: (i) cancelar ações de emissão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING; e (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas no âmbito dos seus modelos de remuneração, dos seus planos de incentivos de longo prazo e de seus projetos institucionais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA							
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros	Conselheiros - Suplentes	DIRETORIA	Diretor Presidente	Diretores	CONTADORA
ALFREDO EGYDIO SETUBAL	JOÃO MOREIRA SALLES	ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO	ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA	JOÃO MOREIRA SALLES	MARCIA MARIA FREITAS DE AGUIAR	SANDRA OLIVEIRA RAMOS MEDEIROS	
Presidente - Suplente	Vice-Presidente - Suplente	FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES	DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO		RICARDO VILLELA MARINO	CRC 1SP 220.957/O-9	
RICARDO EGYDIO SETUBAL	PEDRO MOREIRA SALLES				ROBERTO EGYDIO SETUBAL		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IUPAR em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à IUPAR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da IUPAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a IUPAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a IUPAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da IUPAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da IUPAR.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da IUPAR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a IUPAR a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas em conjunto como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da IUPAR. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



São Paulo, 24 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Salvar o Estado do Rio de Janeiro

ARTIGO

Fabio Giambiagi

Economista

Com meus amigos e colegas Marco Aurelio Cardoso e Guilherme Tinoco, acabei de lançar o livro *Um renascer para o Estado do Rio de Janeiro*, publicado pela Editora Lux. O livro é uma espécie de “grito de socorro”, de um conjunto de pessoas de bem, acerca da necessidade (e viabilidade) de salvar o Estado do RJ. Sim, pois é disso que se trata. Todos (organizadores e autores) temos a consciência clara de que a degradação institucional do Estado do

Rio chegou a um ponto tal que, ou na próxima gestão de governo estadual teremos um *turning point*, ou será melhor, então, para quem puder, procurar outro lugar para morar. Em outras palavras, ninguém aguenta mais viver assim. É preciso encerrar uma luta sem tréguas contra essa realidade trágica.

A penetração da corrupção nos diversos espaços do Estado; o avanço do crime organizado; o domínio territorial crescente das máfias locais; a cobrança de taxas extorsivas por capangas para que os comerciantes possam sobreviver – literalmente, em razão da penalidade imposta a quem não contribui – e o peso avassalador das milícias e do narcotráfico fazem

da questão institucional a base de qualquer tentativa de reerguimento do Estado da situação terminal em que se

Ninguém aguenta mais. É preciso encarar uma luta sem tréguas contra a realidade trágica

Setor bancário Sucessão

Santander Brasil anuncia a saída do CEO Mario Leão

ANDRÉ MARINHO

O presidente do Santander Brasil, Mario Leão, deixará o cargo até julho, após quatro anos no posto, anunciou ontem o banco. Leão será substituído pelo atual CEO da Bolsa de Valores (B3), Gilson Finkelsztain. A mudança ocorre no momento em que o terceiro maior banco privado do País conduz um processo de transição em sua carteira

de crédito, para operações mais seletivas e rentáveis.

“A sucessão será conduzida de forma transparente e organizada e contará com a participação direta de Mario Leão, que seguirá liderando o Santander Brasil até a conclusão do processo, prevista para meados de 2026, garantindo, assim, uma transição cuidadosa e estruturada”, informou o banco em fato relevante assinado pelo diretor de relações com investido-

res, Gustavo Alejo.

Conforme apurou o *Estadão/Broadcast*, no início do ano Leão comunicou à matriz espanhola a intenção de renunciar à presidência da subsidiária brasileira por motivos pessoais. O grupo, então, recorreu a Finkelsztain, que no ano passado chegou a ser indicado para o conselho de administração do Santander Brasil. O executivo ocuparia o posto em paralelo com o comando da B3, mas desistiu da nomeação.

Leão comanda o Santander Brasil desde janeiro de 2022, quando sucedeu Sergio Rial. Antes, havia chefiado a área de corporate e o banco de investimentos da instituição, além de ter passagens por Morgan Stanley,

Goldman Sachs e Citigroup.

RENTABILIDADE. Como CEO, Leão enfrentou a missão de melhorar a rentabilidade do banco, que caiu em meio ao avanço

Novo presidente Leão será substituído na presidência do banco pelo atual CEO da B3, Gilson Finkelsztain

dainadimplência. O retorno sobre o patrimônio (RoE), que chegou a tocar a faixa dos 10% em meados de 2023, voltou a 17,6% no ano passado. A meta é levar o indicador à casa dos

são da base produtiva do Estado; da economia criativa e dos setores “portadores de futuro”; da mobilidade urbana; da temática ambiental no âmbito local; e de propostas de política para as áreas de saúde e de educação.

Há pouco mais de dez anos, prestes a se lançar candidato à Presidência da República, numa trajetória que não contava com os desígnios do destino, em sua última entrevista a um programa de TV antes de morrer num trágico acidente de avião, Eduardo Campos conclamou: “Não vamos desistir do Brasil”. O livro é um grito: “Não vamos desistir do RJ”. Com liderança política e pessoas de bem, a mudança é possível. ●

20% até 2028, como parte do plano estratégico anunciado no mês passado pela matriz.

Pela estratégia traçada por Leão, a recuperação deve ocorrer por meio de um gestão de carteira que priorize linhas mais rentáveis, como pequenas e médias empresas (P-MEs) e alta renda, em detrimento da baixa renda. Ele previa mais dois ou três anos para alcançar o nível desejado.

O desafio agora caberá a Finkelsztain, que comanda a B3 desde 2017. Ele chegou a atuar na mesa de juros do Santander entre 2011 e 2013. Também trabalhou no Bank of America Merrill Lynch, JP-Morgan e Citigroup. ●